

**À Comissão de Contratação**

**Do**

**Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2025**

**Recorrente:** GOULART ENGENHARIA LTDA,

**CNPJ:** nº 44.965.990/0001-78

**Representante Legal:** Eduardo Da Silva Goulart

Senhores membros da Comissão,

Nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, e dentro do prazo legal, a empresa acima identificada vem, respeitosamente, interpor o presente Recurso Administrativo, com fundamento nos fatos e razões a seguir expostos.

## **DOS FATOS**

O presente recurso tem por objeto a contestação da classificação da proposta da empresa vencedora do certame em epígrafe, cujo objeto é a elaboração de projetos de Engenharia. Entendemos que a proposta apresenta elementos de inexequibilidade, sendo incompatível com a adequada execução do objeto licitado.

O preço unitário de referência apresentado no Edital, obtido por meio de pesquisa de mercado, é de R\$ 2,46 (dois reais e quarenta e seis centavos). O preço unitário da proposta vencedora foi de R\$ 0,44 (quarenta e quatro centavos), equivalente a 17,88% do valor de referência.

Além disso, a planilha de formação de custos enviada pela empresa vencedora, apresenta alguns indicativos de uma composição inadequada, em razão de:

- 1) Os custos com Engenheiro Civil, profissional responsável pela elaboração dos Projetos, estão zerados. O objeto dos serviços apresentados no Edital requer uma gama de diferentes



(51) 98478-8203



contato@goulartengenharia.com.br



Rua Castro Alves, 167/301 | Porto Alegre/RS

projetos, que geralmente, demanda da expertise de profissionais especializados em áreas diferentes.

- 2) A previsão de custo com locação de equipamento topográfico despreza ou não apresenta a quantidade de dias que o equipamento será locado; também não apresenta os custos relacionados à mão-de-obra para operacionalização do equipamento. Uma vez que o contrato será executado por trechos, com mais de uma mobilização de equipamentos, existe a possibilidade de o preço estar subestimado.
- 3) De acordo com a Lei Complementar 123/2006, para os serviços de Engenharia prestados por empresas optantes pelo Simples Nacional, aplica-se o Anexo III com alíquota inicial de 6,00%, caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da PJ seja igual ou superior a 28%. Para tanto, serão considerados os montantes pagos nos 12 meses anteriores. Nos demais casos, a tributação dos serviços de engenharia seguir o Anexo V, com alíquota inicial de 15,50%. Portanto, na hipótese de a empresa vencedora não possuir folha de pagamento compatível com as regras citadas, o cálculo de impostos incidentes pode estar em desacordo com a Lei.

## DO RISCO AO INTERESSE PÚBLICO

A aceitação de proposta inexequível pode resultar em entregas de baixa qualidade, paralisação contratual por desequilíbrio financeiro, necessidade de rescisão ou recontratação e prejuízo ao cronograma de políticas públicas.

## DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

***A Lei 14.133/2021 Art. 59 § 4º diz que:*** "No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.**"



***O Edital Publicado pela Prefeitura de Nova Esperança do Sudoeste estabelece que:***

"13.8 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração."

Com relação ao posicionamento do **Tribunal de Contas da União (TCU)**, há jurisprudência sobre a necessidade de verificação rigorosa da exequibilidade das propostas com preços muito baixos, especialmente quando apresentam elementos incompatíveis com a realidade fiscal e operacional.

**DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer-se:

1. O conhecimento e provimento deste recurso, com a reavaliação da proposta vencedora;
2. A exigência de comprovação da exequibilidade pela empresa vencedora, conforme art. 60 da Lei nº 14.133/2021;
3. Caso não seja demonstrada de forma satisfatória a viabilidade da proposta, que esta seja desclassificada;
4. A reclassificação das propostas subsequentes, conforme a ordem de julgamento do certame.

Nestes termos,

Pede deferimento.

**EDUARDO DA SILVA GOULART**  
**Representante Legal**

**Porto Alegre, 23 de julho de 2025.**



(51) 98478-8203



contato@goulartengenharia.com.br



Rua Castro Alves, 167/301 | Porto Alegre/RS